

SAAE SERVIÇO DE AGUA E ESGOTO MUNICIPIO DE PEDREIRA
- S/P

RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL 17/2017

PROCESSO LICITATORIO 683/2017

S.P. PESSOA TERRAPLANAGEM EIRELLI EPP. CNPJ 20.725.821./0001-00, PELO SEU REPRESENTANTE LEGAL, SADRAQUE IRINEU PESSOA. Ambos já devidamente qualificados na referida licitação. Com base no inciso XXXIII, e XXXIV da constituição federal, vem respeitosamente a presença de vossa senhoria apresentar recurso administrativo contar decisão da senhora pregoeira, pelos fatos e fundamentos que passa expor:

DA TEMPESTIVIDADE

Embora já ter sido protocolado o recurso, requer seja recebido esse como aditamento daquele.

Inicialmente, salienta-se que nos termos do inciso XVII do artigo 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias da decisão, a qual ocorreu em 05 de Setembro de 2017.

SÍNTESE DOS FATOS

A empresa, ora recorrente, participou da seção pública do pregão presencial em epígrafe, realizado em 05 de Setembro de 2017, que tem como objeto a prestação de serviço de locação de 01 (uma) máquina escavadeira hidráulica tipo esteira capacidade operacional de 16,5 toneladas, com potencia mínima de 95 hp, capacidade de concha de 0,70 m³, com operador, por hora.

No encerramento da fase de negociação, a proposta da Recorrente foi declarada vencedora, já que apresentou o menor preço.

A

Contudo, a pregoeira na fase de habilitação declarou como vencedora a licitante ERA TECNICA ENGEARIA CONTRUCOES E SERVIÇOS LTDA, a qual havia se classificado em 2º lugar.

Isso ocorreu, porque a pregoeira decidiu pela inabilitação do recorrente, por não ter apresentado a prova de inscrição estadual, conforme item 8.1.2 alínea "c.2" do Edital.

Frise-se que não foi concedido ao recorrente o prazo de 05 dias para que emitisse tal documento, conforme estatui o item 8.1.2 do Edital, a seguir transcrito.

"8.1.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (LC nº 147, art. 43, §1º)"

Assim, o resultado final determinou que o segundo menor preço atrás do vencedor, Ora recorrente, estava à empresa ERA TECNICA, pois só abaixando o seu preço com a negociação com a Pregoeira após a desclassificação da recorrente chegando-se ate o mesmo valor, mesmo ela ter apresentado o valor de empate com a recorrente. Ainda estava a recorrente em melhor situação de colocação.

Esclarece que a recorrente é empresa de pequeno porte no caso de empate tem ela a preferencia. Conforme determina o art. 3º da Lei complementar nº123,06 alterada pela lei complementar nº147/2014. Empresa ERA TECNICA ENGEARIA CONTRUCOES E SERVIÇOS LTDA, muito embora a proposta do recorrente fosse o mais vantajoso para a municipalidade.

DO DIREITO

Conforme estabelece a Lei Complementar nº 147/2014 em seu artigo 43, §1º, é assegurado ao proponente vencedor o prazo de 05 dias para a regularização de documentação, em perfeita consonância ao item 8.1.2 do Edital, já mencionado.

Contudo não foi concedido tal prazo ao Recorrente, para a apresentação do comprovante de "Certidão de Regularidade de ICMS", o qual segue anexo (doc. um), que atende plenamente o critério de habilitação.

Enfatiza-se, que o referido documento estava juntamente com os demais no envelope dois e no próprio documento consta em relação a DEBITOS



INCRITOS na dívida ativa, deveria obter informações através do endereço eletrônico: site www.dividaativa.pge.sp.gov.br CONFORME RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/PGE-02 DE 09/05/2013. Tanto é que a própria Pregoeira efetuou a consulta no site e nos informou que nada consta de Débitos.

Mesmo que se referido o documento não constasse no envelope 02 (Habilitação) nada obstaría sua posterior juntada, conforme já decidiu o Tribunal de Contas da União, analisando situação análoga:

TCU – Acórdão 1758/2003 – Plenário – Ementa:
Representação formulada por licitante. Supostas irregularidades praticadas pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA- Eletronorte. Inclusão de certidão extraída pela internet durante a sessão pública. Possibilidade. Conhecimento. Negado provimento. (TCU, Plenário, Acórdão 1758/2003, Relator Conselheiro Walton Alencar Rodrigues, DOU 28-11-2003) (grifo é nosso).

Colhe-se da jurisprudência:

RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REVISÃO. FATOS. SÚMULA 07/STJ. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. PREGÃO. PROVA. REGULARIDADE FISCAL. PREVIDÊNCIA SOCIAL. EDITAL. RIGORISMO FORMAL. DESPROPORCIONALIDADE. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA. PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

(...)

6. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento jurisprudencial sobre a necessidade de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório, a fim de manter o caráter competitivo do certame, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique a violação substancial aos demais princípios informadores deste procedimento. Precedentes.

J

(...)

(REsp 997.259/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA,
SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2010, DJe 25/10/2010)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL.
LICITAÇÃO. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. EXIGÊNCIA
DESCABIDA. MANDADO DE SEGURANÇA. DEFERIMENTO.

A vinculação do instrumento convocatório, no procedimento licitatório, em face da lei de regência, não vai ao extremo de se exigir providências anódinas e que em nada influenciam na demonstração de que o licitante preenche os requisitos (técnicos e financeiros) para participar da concorrência.

(...)

Segurança concedida. Decisão indiscrepante.

(MS 5.647/DF, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO,
PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/1998, DJ 17/02/1999, p. 102)

Esse mesmo entendimento pode ser observado em Decisão prolatada pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso, que trata de situação análoga, conforme íntegra da decisão, ora juntada (doc. 2).

Assim, tal circunstância não configura vício ou irregularidade apta a ensejar nenhuma sanção.

Ressalta-se ainda, que a inabilitação da empresa recorrente, em tal circunstância, representa ofensa ao princípio da juridicidade, que pode ser melhor compreendido com base nas lições do doutrinador Victor Aguiar Jardim de Amorim:

"A inclusão posterior de documentos por parte da própria autoridade condutora do certame licitatório deverá ser admitida desde que seja necessária para comprovar a existência de fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

*

Em outras palavras, não está o §3º, art. 43, da Lei nº 8.666/93, em sua parte final, vedando toda e qualquer possibilidade de juntada posterior de documento. O que dali se entende, dentro de uma visão consentânea com o interesse público e com a finalidade da contratação, é que não será permitida apenas a juntada de documento que comprove a existência de uma situação ou de um fato cuja conclusão ou consumação deu-se após a realização da sessão de licitação. Ai sim haveria burla ao procedimento e quebra do princípio da isonomia e igualdade de tratamento." Disponível em : <http://jus.com.br/artigos/14065> acesso em: 08 mar.2017)

Portanto, a decisão recorrida merece ser revista, a fim de garantir que a proposta mais vantajosa vença o certame, conforme razões expostas.

ISTO POSTO, diante da plena comprovação de atendimento ao edital, REQUER, o recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo, nos termos do artigo 109, § 2º, da Lei 8.666/93.

Ao final, julgar totalmente procedente o presente recurso, para fins de rever a decisão final do certame, declarando a nulidade de todos os atos praticados a partir da declaração de inabilidade do Ora Recorrente, com imediata reforma da decisão decretando-se como vencedor o recorrente, **S.P. PESSOA TERRAPLANAGEM EIRELLI EPP**, o qual atendeu o critério de menor preço entre os participantes.

Não alterando a decisão, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior nos termos do art. 109, §4º da Lei 8.666/93.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Pedreira, 05 Setembro de 2017.


S.P. PESSOA TERRAPLANAGEM EIRELLI EPP

Sadraque Irineu Pessoa (procurador)

20.725.821/0001-00

S.P. PESSOA TERRAPLANAGEM
EIRELI - EPP

Rua: Perdizes, nº 136, Sala 01

Jardim Paulistano - CEP: 18.040-726

SOROCABA - SP

Relações de Documentos

- I- Juris Prudência**
- II- Cópia do RG do Procurador**
- III- Cópia da Procuração**
- IV- Documento Certidão Regularidade de ICMS**
devidamente autenticado 8.1.2 Alínea c.2
8.1.2 Alínea c.1 Tributos Federais dívida ativa da
união esse contato atualizada



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

PREGÃO PRESENCIAL N. 5/2014 – CIA N. 0147004-10.2013.8.11.0000
SOLICITANTE: IVANILDE CORRÊA DE OLIVEIRA
FISCAL: EDINE GUERRA GOMES
PREGOEIRO: DELSON VERGÍLIO DA SILVA

Vistos, etc.

Vieram os autos conclusos à Presidência para análise do Recurso Administrativo interposto por Emilio Soares de Souza – EPP, em face de decisão do pregoeiro, que considerou o microempreendedor individual Jefferson Amorim e Silva habilitado e vencedor dos lotes 2, 3 e 4, do Pregão Presencial n. 5/2014.

O recorrente, em suas razões, aduziu que o envelope de habilitação foi devassado para retirada de documentos pessoais do licitante Jefferson Amorim e Silva, posteriormente lacrado.

Afirmou que na proposta apresentada pelo vencedor dos lotes 2, 3 e 4, do Pregão Presencial n. 5/2014, constava a data de 26-2-2014, encontrando-se em desacordo com o edital (item 6.2.2), segundo o qual “a proposta deverá ser de no mínimo 60 dias”.

Diz, em acréscimo, que, ao abrir o envelope de habilitação, se constatou ausente prova de CNPJ, assim como a comprovação da prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal. Narrou que, ao advertir o pregoeiro sobre a aludida falha, este asseverou que as declarações estavam em seu poder, fora do envelope, e pediu ao representante da empresa para imprimir o documento faltante (cadastro de contribuinte municipal), utilizando-se o

241
9

computador deste Sodalício. O microempreendedor individual Jefferson Amorim e Silva imprimiu o alvará provisório, que foi acrescentado ao processo licitatório.

Pede, assim, a desclassificação do vencedor dos lotes 2, 3 e 4 do Pregão Presencial n. 5/2014, Jefferson Amorim e Silva.

O recorrido não ofereceu contrarrazões, conforme certidão de fl. 261-TJ.

O pregoeiro se manifestou nos autos (fls. 262 a 267-TJ), afirmando que, no ato do credenciamento, antes da abertura da sessão pública, solicitou aos presentes a apresentação da documentação comprobatória dos poderes de representação.

Neste momento, Jefferson de Amorim e Silva asseverou que seu certificado de microempreendedor individual estava no envelope de habilitação. Consignou que ele abriu, retirou o documento, e depois o lacrou.

Acrescentou que o prazo de validade mínima da proposta, constante no edital, leva em consideração a data da sessão pública, e não aquela consignada nos documentos apresentados.

No atinente à ausência do Cadastro de Contribuinte Municipal, o pregoeiro noticiou que o certificado da condição de microempresário, apresentado no ato do credenciamento, "*possui a declaração de que aquele certificado é uma inscrição tanto ESTADUAL como MUNICIPAL*".

Para confirmar a autenticidade do documento apresentado, o pregoeiro autorizou Jefferson de Amorim e Silva a retirar, por meio da rede mundial de computadores, certificado da condição de microempreendedor individual (fl. 222-TJ).

Finalmente, sustentou o pregoeiro não comportar acolhimento a alegação do recorrente, no sentido de que o vencedor dos lotes 2, 3 e 4 não tenha apresentado prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cuja comprovação se encontra à fl. 205-TJ.

Ao final, o pregoeiro opinou pela manutenção da decisão objurgada, que traz como vencedora do certame para o lote 1 Enílzio Soares de Souza EPP, e, para os lotes 2, 3 e 4, Jefferson de Amorim e Silva.



A Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação opinou pela procedência das alegações do recorrente, argumentando, em acréscimo, que o vencedor descumpriu a obrigação contida na Cláusula Onze, segundo a qual exige a apresentação de registro comercial para empresa individual.

DECIDO.

Cuida-se de recurso administrativo interposto pela empresa de pequeno porte Emílio Soares de Souza – EPP (Radelgo Sonorização), em face de decisão proferida pelo pregoeiro que – a despeito da advertência feita pelo recorrente no ato da Sessão Pública, segundo o qual não se encontrava dentro do envelope de habilitação o documento de cadastro municipal –, declarou o microempreendedor individual Jefferson Amorim e Silva vencedor dos lotes 2, 3 e 4 do Pregão Presencial n. 5/2014.

Apenas a título de informação, o aludido pregão tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada em locação de tendas, cadeiras e mesas plásticas e sistema de som, destinado a atender à necessidade da Coordenadoria da Justiça Comunitária.

Segundo se depreende do relatório acima, a irresignação do recorrente se circunscreve a quatro pontos específicos: (i) a violação do envelope com os documentos de habilitação; (ii) a data contida na proposta apresentada pelo vencedor; (iii) a ausência da prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); e, (iv) a falta de comprovação de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal.

Além disso, a Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação consignou que o vencedor não apresentou o registro comercial para empresa individual, descumprindo, a seu ver, a Cláusula Onze do edital.

De início, convém salientar que é fato incontroverso a abertura do envelope contendo os documentos de habilitação, antes do início da sessão pública, conforme asseverado pelo próprio pregoeiro:

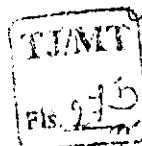
"No momento do credenciamento, antes da abertura da Sessão Pública, solicitei o poder de representação de ambas as empresas, EMÍLIO e JEFFERSON. Confusão de nomenclatura, a empresa EMÍLIO SOARES DE SOUZA – EPP representada pelo Sr. EMÍLIO SOARES DE SOUZA e a empresa JEFFERSON DE AMORIM E SILVA 73629510191 representada pelo Sr. JEFFERSON DE AMORIM E SILVA. O Sr. EMÍLIO apresentou seu REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO e cópia de sua identidade. O Sr. JEFFERSON informou que se requerimento ou certificado de microempreendedor individual estava no envelope de habilitação. Solicitei que abrisse o envelope e retirasse o documento para comprovar poder de representação, tendo em vista que sem a comprovação da representação legal não poderia ofertar lance verbal. Eis que fui atendido prontamente" (fl. 264-TJ).

No entanto, tal circunstância não configura vício ou irregularidade apta a ensejar nenhuma sanção. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos não faz referência expressa ao sigilo da habilitação, mas, apenas, da proposta, conforme se infere no art. 3º, § 3º:

§ 3º A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

O Plenário do Tribunal de Contas da União, na Decisão 576/96, já se posicionou nesse sentido, não visualizando nenhuma irregularidade apta a configurar nulidade do procedimento de licitação:

19 - A Lei n. 8.666/93, na verdade, não faz referência expressa ao sigilo da habilitação. Assegura, isso sim, o sigilo da proposta, como se depreende do disposto no § 3º de seu art. 3º:



'A licitação não será sigilosa, sendo público e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura (grifo nosso).'

20- *Tão importante o mencionado sigilo, que a própria lei, em seu art. 94, estabelece pena para tiner der causa a violação desse instituto:*

Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-la (grifo nosso).

Pena - detenção de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.'

21 - *A razão disso é resultado, e garantia, clara, o sigilo na apresentação das propostas é do princípio constitucional da igualdade entre os licitantes, pois ficaria em condição vantajosa o proponente que viesse a conhecer a proposta de seu concorrente antes da apresentação da sua.*

23 - *No entanto, não há norma legal que verse especificamente sobre a quebra de sigilo da habilitação. Assim, entendemos que usar a analogia como forma de integração para o preenchimento dessa lacuna é inadmissível, pois estar-se-ia criando um ilícito penal não previsto pela lei, ferindo o princípio da legalidade inscrito no art. 10 do Código Penal: 'não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.'*

24- *Nessa linha posiciona-se Marçal Justen Filho, em seu Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2ª Edição, pág. 457:*

'Devassar o sigilo de proposta significa examinar o conteúdo de envelope lacrado apresentado pelo licitante à Administração, somente existe esse crime quando a proposta já tenha sido entregue à Administração, sob cuja guarda se encontre. Também não haverá crime se for devassado invólucro contendo documentação para habilitação. A reprovação se volta contra a violação do sigilo da proposta.'

29- Também não cabe a revogação da licitação, uma vez que a irregularidade ficou sanada com a tácita concordância dos proponentes em seguir adiante na licitação. Ensina-nos Manai Justen Filho, em sua já mencionada obra, pág. 241:

'Qualquer evento relevante, por ocasião da entrega dos envelopes, deverá ser objeto de manifestação dos interessados. Verificando ato irregular da Comissão ou de outro licitante, o interessado deverá formular seu protesto. A ausência de impugnação acarretará eventualmente a preclusão dessa faculdade. Mas o silêncio dos interessados convalidará apenas o ato viciado de anulabilidade. O ato nulo não será validado pelo silêncio das partes. A nulidade deverá ser pronunciada, mesmo quando não haja protesto. No entanto, será muito mais difícil comprovar o vício quando não existir impugnação dos presentes.'

Apesar de o julgado da Corte de Contas da União se referir, especificamente, à esfera criminal, idêntico raciocínio poderá se aplicar no âmbito administrativo, porquanto, assim como não caracteriza fato tipo penal devassar sigilo da proposta, em idêntico sentido não compete reconhecer nulidade do certame licitatório por violação de envelope contendo os documentos de habilitação.

Ademais, destaque-se que o envelope foi aberto antes da sessão pública. Ou seja, no ato do credenciamento dos licitantes, não se podendo falar, portanto, em prejuízo ao procedimento licitatório.

No que tange à consignação de data na proposta apresentada pelo microempreendedor individual Jefferson Amorim e Silva (I. 180-TJ), tal fato não implica ofensa ao Edital do Pregão que, no item 6.2.2, estabelece:

"6.2.2. Validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega dos envelopes de proposta estipulada no preâmbulo deste Edital" (grifo no original).



O art. 6º da Lei n. 10.520/2002, que institui modalidade de licitação denominada pregão, versa sobre o prazo de validade de propostas, nos seguintes termos:

Art. 6º O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

Sobre o tema, Marçal Justen Filho, em sua obra Pregão (Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico), 6. ed., São Paulo: Dialética, 2013, p. 233, assim leciona:

“De todo o modo, essa solução foi explicitamente consagrada a propósito do pregão. No âmbito ora examinado, determinou-se que a regra dos sessenta dias é dispositiva, na acepção de que vigorará apenas se o edital for silente acerca do tema. Portanto, nada impede que o ato convocatório fixe prazos mais elevados”.

Portanto, é inconcussa a ilação que se extrai da cláusula do edital acima transcrita, segundo a qual a proposta apresentada terá validade mínima de sessenta dias, a contar da entrega dos envelopes, conforme consignado no item 6.2.2, e não da data consignada pelo licitante.

A análise da alegada ausência de comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) prescinde de mais digressões, uma vez que o comprovante de inscrição e de situação cadastral se encontra entre os documentos de habilitação apresentados, encartado à fl. 205-TJ. Logo, não há o que se deliberar quanto a este aspecto.

O terceiro e derradeiro fundamento invocado pelo recorrente, assim como a irregularidade suscitada pela ATJL, diz respeito à ausência da prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, e a falta de comprovação de registro comercial da empresa.

Conforme se extrai dos autos, o licitante declarado vencedor é microempreendedor individual (MEI), cuja figura foi criada pela Lei

Complementar n. 128/2008, que alterou a Lei Complementar n. 123/2006 (Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte).

A formalização de MEI prescinde de entrega de documento físico à Junta Comercial, bastando o cadastro em ambiente virtual no sítio eletrônico www.portaldoempreendedor.gov.br.

Com este ato são obtidos, automaticamente, o CNPJ, a inscrição na junta comercial e no INSS, e o alvará provisório de funcionamento. Gera-se um único documento, denominado Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cujo procedimento está normatizado na Resolução n. 16/2009 do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM, art. 3º, incisos III, IV e VIII, *verbis*:

Art. 3º O processo de registro, alteração, baixa e legalização do MEI observará as disposições da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, da Lei n. 12.470, de 01 de setembro de 2011, da Lei Complementar n. 139, de 11 de novembro de 2011, assim como as seguintes diretrizes específicas:

(...)

III - integrar, de imediato, ao Portal do Empreendedor, processos, procedimentos e instrumentos referentes à inscrição do Microempreendedor Individual na Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB e nas Juntas Comerciais;

IV - integrar, gradualmente, ao Portal do Empreendedor, processos, procedimentos e instrumentos referentes à inscrição do Microempreendedor Individual no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e à obtenção de inscrição, alvarás e licenças para funcionamento nos órgãos e entidades estaduais e municipais responsáveis pela sua emissão;

(...)

VIII - possibilitar o funcionamento do Microempreendedor Individual imediatamente após as inscrições eletrônicas na Junta Comercial e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mediante a sua manifestação, por meio eletrônico, de concordância com o conteúdo do Termo de Ciência e de Responsabilidade com Efeito de Alvará e Licença de Funcionamento Provisório;

Vale dizer: tanto a prova do registro do microempreendedor individual, assim como da inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se faz com apenas um documento, qual seja, o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

Pelo que se extrai dos autos, tal documento não estava acondicionado no envelope, o que ensejou a irresignação do recorrente, e a interposição do presente recurso administrativo.

Com efeito, o edital fixou rol de documentos necessários para comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista e da qualificação econômico-financeira:

11.1.1. Documentos referentes à habilitação jurídica:

a) Para empresa individual: registro comercial;

(...)

11.1.2. Documentos referente a regularidade fiscal e trabalhista:

(...)

i) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

(...).

213

Às escâncaras que o CCMEI foi juntado pelo licitante vencedor posteriormente, conforme esmiuçadamente declarado pelo pregoeiro em suas informações (fl. 266-TJ):

"Confirmação de autenticidade de documentação na internet diligenciada pelo Sr. JEFFERSON autorizado pelo Pregoeiro na presença de todos para não pairar dúvidas sobre o documento, ao qual cópia foi extraída da internet e juntado aos autos na fls. 222/TJ. A Decisão do Pregoeiro teve fundamento tendo em vista que o Sr. JEFFERSON já sabia do endereço correto e como extrair tal CERTIFICADO de forma rápida e precisa.

Portanto, o Certificado comprova a inscrição estadual e municipal, dentre outras comprovações. É o CERTIFICADO que comprova e não o Pregoeiro".

Fixadas estas premissas, se partirmos de raciocínio estribado exclusivamente no princípio da legalidade estrita nas licitações públicas, poder-se-ia afirmar, com convicção, que seria defeso ao pregoeiro admitir a juntada do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual sem que ele estivesse acondicionado no envelope, juntamente com a documentação apta a demonstrar a habilitação.

Em outras palavras: todos os documentos comprobatórios da habilitação jurídica e da regularidade fiscal deveriam, necessariamente, estar no interior do envelope entregue no início da sessão pública, obstando-se qualquer acréscimo ulterior.

Ocorre que, em contraposição ao princípio da legalidade estrita nas licitações públicas, vem ganhando força no âmbito doutrinário e jurisprudencial o princípio da juridicidade.

Victor Aguiar Jardim de Amorim, em brilhante artigo intitulado "Princípio da juridicidade x princípio da legalidade estrita nas licitações públicas. Análise prática da admissibilidade de juntada posterior de

documento no procedimento licitatório", trata, com propriedade, sobre a questão, nos seguintes termos:

"A bem da verdade, a concepção da juridicidade apresenta-se como uma evolução do entendimento do princípio da legalidade. Não se tratam, portanto, de ideias divergentes, mas convergentes e complementares entre si."

Com o advento do pensamento pós-positivista, passou-se a entender que não bastava à ação administrativa a legalidade estrita, sendo imprescindível a sua legitimidade, ou seja, o atendimento simultâneo das normas legais e do padrão ético de conduta interna vigente na estrutura estatal, de acordo com os critérios de honestidade e legalidade administrativa" (AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Princípio da juridicidade x princípio da legalidade estrita: nas licitações públicas. Análise prática da admissibilidade de juntada posterior de documento no procedimento licitatório. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2366, 23 dez. 2009. Disponível

em: <<http://jus.com.br/artigos/14065>>. Acesso em: 10 abr. 2014).

Convém, portanto, analisar a conduta do pregoeiro que, no ato da sessão pública, permitiu ao licitante vencedor dos lotes 2, 3 e 4 obter, por meio da rede mundial de computadores, o CCMEI para comprovar seu registro e sua regularidade fiscal.

O art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93 veda a inclusão posterior de documento, como se vê:

"§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

Valendo-se novamente das lições do doutrinador Victor Águar Jardim de Amorim, no artigo acima citado:

"A inclusão posterior de documentos por parte da própria autoridade condutora do certame licitatório deverá ser admitida desde que seja necessária para comprovar a existência de fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

Em outras palavras, não está o § 3º, art. 43, da Lei n. 8.666/93, em sua parte final, vedando toda e qualquer possibilidade de juntada posterior de documento. O que dali se entende, dentro de uma visão consentânea com o interesse público e com a finalidade de contratação, é que não será permitida apenas a juntada de documento que comprove a existência de uma situação ou de um fato cuja conclusão ou consumação deu-se após a realização da sessão de licitação. Afim haveria burla ao procedimento e quebra do princípio da isonomia e igualdade de tratamento".

No mesmo sentido, leciona Marçal Justen Filho, na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15. ed., 2013, p. 685:

"Há uma forte tendência ao reconhecimento de que defeitos puramente formais poderão ser sanados, especialmente quando não existir controvérsia relativamente à situação fática. Assim, a apresentação de certidão destinada a comprovar situação inquestionável, constante em cadastros públicos, tende a ser admitida".

No entanto, ressalte-se que, no caso em apreço, nem sequer se pode falar em juntada extemporânea de documento no processo licitatório, porquanto o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual já estava encartado nos autos do Pregão, conforme se infere às fls. 159 e 160-TJ.

TJ/MT
Ms. 279

Ou seja: antes da abertura da sessão pública, no ato do credenciamento, foi solicitado ao microempreendedor individual Jefferson de Amorim e Silva a prova do documento hábil a evidenciar poder de representação. Segundo o pregoeiro, o licitante Jefferson afirmou que o certificado de microempreendedor individual estava no envelope de habilitação, sendo-lhe autorizada a retirada.

Destarte, o pregoeiro apenas deu oportunidade ao licitante vencedor de comprovar fato já documentado no processo licitatório, situação anteriormente atestada.

Todavia, enfatiza-se, ainda que tal certificado não estivesse contido nos autos, nada obstará sua posterior juntada, conforme já decidiu o Tribunal de Contas da União, analisando situação exatamente idêntica:

TCU – Acórdão 1758/2003 – Plenário – Ementa: Representação formulada por licitante. Supostas irregularidades praticadas pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA-Eletronorte. Inclusão de certidão extraída pela internet durante a sessão pública. Possibilidade. Conhecimento. Negado provimento. (TCU, Plenário, Acórdão 1758/2003, Relator Conselheiro Walton Alencar Rodrigues, DOU 28-11-2003) (grifo é nosso).

Colhe-se da jurisprudência:

RECURSO ESPECIAL PREQUESTIONAMENTO.
AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REVISÃO. FATOS. SÚMULA
07/STJ. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. PREGÃO. PROVA.
REGULARIDADE FISCAL. PREVIDÊNCIA SOCIAL. EDITAL.
RIGORISMO FORMAL DESPROPORCIONALIDADE.
INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA. PROPOSTA MAIS
VANTAJOSA.

(...)



6. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento jurisprudencial sobre a necessidade de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório, a fim de manter o caráter competitivo do certame, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique a violação substancial aos demais princípios informadores deste procedimento. *Precedentes.*

(...)

(REsp 997.259/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2010, DJe 25/10/2010)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL.
LICITAÇÃO. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. EXIGÊNCIA
DESCABIDA. MANDADO DE SEGURANÇA. DEFERIMENTO.

A vinculação do instrumento convocatório, no procedimento licitatório, em face da lei de regência, não vai ao extremo de se exigir providências anódinas e que em nada influenciam na demonstração de que o licitante preenche os requisitos (técnicos e financeiros) para participar da concorrência.

(...)

Segurança concedida. Decisão indispertante.

(MS 5.647/DF, Rel. Ministro DEMÓCRITO REINALDO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/1998, DJ 17/02/1999, p. 102)

Por fim, convém assinalar que o próprio Edital, em seu item 12.2, assegura à microempresa e à empresa de pequeno porte -- e, por equiparação, ao microempreendedor individual -- prazo para regularização de documentação, *verbis*:

"12.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis



por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa”.

Desse modo, NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto por Emílio Soares de Souza – EPP (Radelgo Sonorização), mantendo a decisão proferida pelo pregoeiro, que declarou Emílio Soares de Souza – EPP vencedor do lote 1, e Jefferson de Amorim e Silva 73629510191 vencedor dos lotes 2, 3 e 4 do Pregão Presencial n. 5/2014, com os valores ajustados aos lances ofertados.

Publique-se.

Cumpra-se.

Cuiabá, 14 de abril de 2014.


Desembargador ORLANDO DE ALMEIDA PERRI,
Presidente do Tribunal de Justiça.

256

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
SADRAQUE IRINEU PESSOA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
21053744 SSP/SP

CPF
274.932.928-09

DATA NASCIMENTO
27/11/1959

FILIAÇÃO
JOAQUIM PESSOA FILHO
ANGELINA MORAES PESSOA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AE

Nº REGISTRO
02707095275

VALIDADE
24/03/2019

1ª HABILITAÇÃO
04/01/1979

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
913586823

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
VOTORANTIM, SP

DATA EMISSÃO
24/03/2014

653118744-5
SP62577532

DETRAN-SP (SAO PAULO)

PROIBIDO PLASTIFICAR
913586823



NOTA DE NOTAS DE PROTESTO
André Belotte Cauchon
Autenticado a presente cópia
conforme 2ª original a min
de que 1 h. 15.

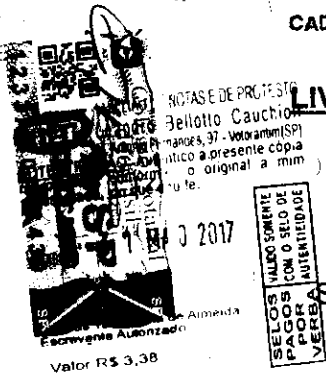
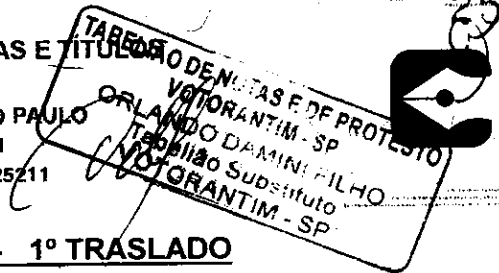
16 FEV. 2016

Módulo Alencar de Cose
Equipamento Autorizado
Valor R\$ 3,05

EMBRANCO



TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
VOTORANTIM - SP
COMARCA DE VOTORANTIM - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO LEANDRO BELLOTTO CAUCHIOLI
CADASTRO NACIONAL DE SERVENTIA - CNS 125211



LIVRO Nº 298 - PÁGINA Nº 73 - 1º TRASLADO

PROCURAÇÃO PÚBLICA

OUTORGANTE:

S.P. PESSOA TERRAPLANAGEM EIRELI - EPP

OUTORGADO:

SADRAQUE IRINEU PESSOA

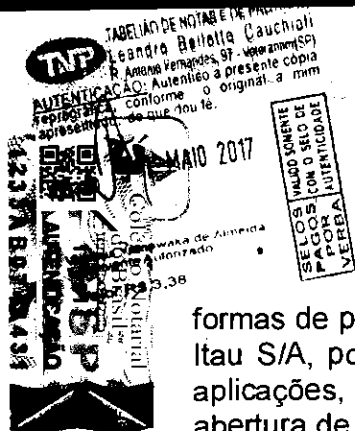
Aos deis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis (10/05/2016), nesta cidade de Votorantim, Estado de São Paulo, da República Federativa do Brasil, e nesta unidade de serviço extrajudicial do **Tabellão de Notas e Protesto de Letras e Títulos**, situado na Rua Antonio Fernandes, número 97, centro, lavrô a presente **PROCURAÇÃO PÚBLICA**, na qual comparece como Outorgante - a Sociedade Empresária: **S.P. PESSOA TERRAPLANAGEM EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Rua Perdizes, nº 136, Jardim Paulistano, CEP. 18.040-720, inscrita no CNPJ sob nº 20.725.821/0001-00 e NIRE 35601333852, com sua 1ª Alteração do Ato Constitutivo - EIRELI, datado de 03 de maio de 2016, registrado na JUCESP sob número 171.909/16-1, em sessão de 05 de maio de 2016, e Ficha Cadastral Completa expedida em 10/05/2016, via internet, através do endereço eletrônico, <https://www.jucesponline.sp.gov.br>, os quais ficam arquivados por cópia autenticada em pasta própria número 31/2016, sob número 016, neste ato representada por seu único sócio: **SELWIN PAULO PESSOA**, brasileiro, advogado, solteiro, maior, portador da C.I.R.G. nº 47.363.310-3-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 385.154.988-04, residente e domiciliado nesta cidade de Votorantim, Estado de São Paulo, na Avenida Octavio Augusto Rangel, nº 1.209, Jardim Toledo, CEP. 18.112-056; Reconheço a capacidade e a identidade do comparecente, cujo os documentos de identificação acima mencionados foram apresentados na sua via original, e conferido, do que dou fé. Então, pela outorgante, foi declarado que, **não há qualquer alteração ou consolidação contratual posterior ao contrato social apresentado**, e por este público instrumento, nomeia e constitui seu bastante procurador: **SADRAQUE IRINEU PESSOA**, brasileiro, divorciado, comerciante, portador da C.I.R.G. nº 21.053.744-9-SSP/SP e inscrito no CPF. sob nº 274.932.928-09, residente e domiciliado nesta cidade de Votorantim, SP, na Avenida Octavio Augusto Rangel, nº 1.209, Jardim Toledo; **podendo o procurador supra nomeado e qualificado representar a empresa: 1º)** perante Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Receita Federal, INSS, Delegacias Tributárias, Correios, Prefeituras, Tabelionato de Protesto de Títulos, Jucesp, Empresas de telefonia, podendo assinar, requerer, alegar, protestar, retirar certidão de protesto, assinar requerimentos para protestar títulos, retirar protesto e pagar as taxas que forem devidas, juntar e retirar documentos e papeis necessários, pagar taxas, atender exigências, dar e receber informações, fazer prova, requerer e retirar certidões de quaisquer natureza, solicitar licença e/ou alvará de funcionamento; registrar contratos da firma individual, assinar quaisquer alteração contratual, e alteração da sociedade; **2º)** participar de licitações, concorrências públicas, tomada de preço e pregão sendo presencial ou eletrônico, firmando os necessários contratos e demais documentos necessários; receber de seus devedores toda e qualquer quantia que lhe for devida, seja amigável ou judicialmente, assinando recibos e dando quitações, concordar ou discordar de clausulas e condições, taxas, juros, valores e



12332602017946.000030630-8

P-07394 R-001630

RUA ANTONIO FERNANDES 97 - CENTRO
VOTORANTIM SP CEP 18110-170
FONE: 15-32432788



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

formas de pagamento; 3º) perante o Banco do Brasil S/A, Caixa Economica Federal, Banco Itaú S/A, podendo neles livremente abrindo, movimentando e encerrando contas, fundos, aplicações, investimentos e caderneta de poupança, assinar contratos de propostas de abertura de contas, depositar e retirar dinheiro, dar quitações e recibos, requisitar talões de cheques, receber e fazer ordens de pagamentos, solicitar saldos e extratos de contas, assinar, emitir, endossar, descontar e receber cheques, dar ordens e contra ordens, fazer recadastramentos, fazer pagamentos e depósitos por meios de cartas, movimentar com cartão, renovar e receber senhas bancarias, contrair empréstimos e financiamentos; descontar e endossar notas promissórias, duplicatas e demais títulos para cobrança bancaria, autorizar débitos, assinar todos os papeis dirigidos a Bancos, dando instruções sobre Títulos, autorizando abatimentos, descontos, protestos, prorrogações de prazo, entrega franco de pagamento e tudo o mais que for preciso, assinar borderôs de cobrança, cobrar e receber toda e qualquer quantia; 4º) podendo adquirir e vender veículos em geral, em nome da firma individual, assinar todos os documentos relativos a compra e a venda/transferência, assinar o "Certificado de Registro de Veículo" (CRV), preenchê-lo em nome do(a)s adquirente(s), transmitir a posse, direitos e propriedade; promover registros e transferências; representá-lo perante Despachantes, Escritórios, comparecer perante Tabeliães de Notas para assinar o livro de reconhecimento de firma por autenticidade, pagar impostos, taxas e emolumentos devidos, requerer vistorias, avaliações, representá-la ainda perante Delegacias, Detran, Ciretran, Contran, DNER, Companhias Seguradoras, Inspetoria de Transito, Delegacias e Furtos de veículos, Instituições Financeiras, pátios de estacionamento e onde mais for necessário e demais órgãos ou repartições públicas competentes; apresentar provas, documentos, fazer acordos, juntar e retirar todos os papéis e documentos que se fizerem necessários, transigir, concordar com valores, firmar compromissos, prestar e assinar declarações, assinar requerimentos, requerer 2ª via de documentos e/ou certificados, receber, assinar recibos, dar e receber quitações, cumprir exigências e formalidades, promover emplacamentos, licenciamentos, liberações, inclusive em caso de apreensão do veiculo, vistorias, requerer e tomar ciências de laudos periciais, receber quaisquer valores referente a seguros em quaisquer estabelecimento bancário e Companhias de Seguros; 5º) contratar e despedir empregados, assinar Contratos de Trabalho, por experiência, por prazo determinado ou indeterminado, fixando ordenados, prêmios, bonificações, gratificações, assinando e dando baixa em carteiras profissionais; representá-la perante ao Ministério do Trabalho, Justiça do Trabalho, Sindicatos, fazer homologações e rescisões, podendo ainda constituir ou destituir advogado com poderes da clausula "Ad-Judicia" em qualquer Juízo, Instancia ou Tribunal, na defesa dos direitos e interesses da outorgante perante Juntas de Conciliação e Julgamento, Justiça do Trabalho, prestando declarações em Juízo ou fora dele, comparecer em audiências, representar o outorgante em qualquer Ações ou Processo Judicial, firmar acordos, receber notificações, intimações, citações e toda correspondência endereçada a empresa, enfim praticar todos os demais atos necessários para o completo desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer. **Da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens:** que, foi realizada nesta data, prévia consulta à base de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, para a verificação de eventual indisponibilidade existente em nome da outorgante envolvida na procuração, na qual se verificou os resultados "Não foi encontrado nenhuma ocorrência", gerando os códigos "hash": a033.4a9b.e77b.c18e.8eb1.5231.fbfc.72fe.9689.6db3- S.P. PESSOA TERRAPLANAGEM.

DO ENCAMINHAMENTO DESTES INSTRUMENTOS A JUNTA COMERCIAL: a outorgante, na forma acima representada e após ser orientada sobre o inteiro teor do Provimento da Corregedoria Nacional da Justiça – CNJ nº 42 de 31.10.2014 – D.J.E.: 06.11.2014, autoriza



TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
VOTORANTIM - SP

COMARCA DE VOTORANTIM - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO LEANDRO BELLOTTO CAUCHIOLI
CADASTRO NACIONAL DE SERVENTIA - CNS 125211

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
VOTORANTIM - SP
ORLANDO DAMINI FILHO
Tabelião Substituto
VOTORANTIM - SP



258

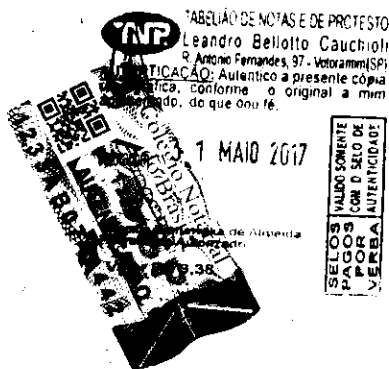
a extração de cópia autenticada do primeiro traslado da presente, e posteriormente o envio das referidas cópias à Junta Comercial competente para os fins de averbação e arquivamento à margem do registro da outorgante, conforme Instrução Normativa da Diretoria do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 28, de 06.10.2014 - D.O.U.: 08.10.2014. Finalmente o ora outorgante declara perante mim Escrevente Autorizada, que assume as consequências e responsabilidades civil e criminal pelos documentos apresentados e pelas declarações que prestou. Devendo as provas dessas declarações serem exigidas pelas pessoas e órgãos que esta interessar. E, de como assim disse do que dou fé, lavrei este instrumento que sendo-lhe lido, aceitou e assina, do que de tudo dou fé. **NADA MAIS** (as taxas foram pagas por verba). Eu, (aa) Caroline da Cruz Rosa, Escrevente Autorizada que a digitei e eu (aa) Leandro Bellotto Cauchioli, Tabelião, a subscrevi. (aa) **SELWIN PAULO PESSOA/LEANDRO BELLOTTO CAUCHIOLI//**. **NADA MAIS**. O presente "TRASLADO" é cópia do original lavrado no livro nº 298, páginas nº 73 a 75, do que dou fé. Eu, Orlando Damini Filho (Orlando Damini Filho), Tabelião Substituto, a fiz trasladar, conferi, subscrevi e assino em público e raso.-----

Em testº Orlando Damini Filho da verdade

Orlando Damini Filho
TABELIÃO SUBSTITUTO

TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO
VOTORANTIM - SP
ORLANDO DAMINI FILHO
Tabelião Substituto
VOTORANTIM - SP

Ao Cartorio: R\$ 119,80 - Ao Estado: R\$ 34,04 - Ao Ipesp: R\$ 17,55 - A Sta. Casa: R\$ 1,20 - Ao Reg. Civil: R\$ 6,30 - Ao Trib. Justica: R\$ 8,22 - Imposto Municipal: R\$ 2,39 - Ao Ministério Público: R\$ 5,75 - **Total: R\$ 195,25**

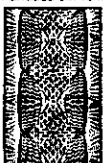


VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
SELOS PARA PAGOS POR VERBA

08-3191231-018



União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)



12332602017946.000030631-6

P.07394 R:001631

RUA ANTONIO FERNANDES 97 - CENTRO
VOTORANTIM SP CEP 18110-170
FONE: 15-32432788



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
POSTO FISCAL DE SOROCABA
AVENIDA ADOLPHO MASSAGLIA, 350 - Bº VOSSOROCA
SOROCABA - (015) 3224-9800

Nº. Certidão

345/2017

CERTIDÃO

CONTRIBUINTE: **S. P. PESSOA TERRAPLANAGEM EIRELI EPP**

INSCRIÇÃO ESTADUAL **669.846.641.111**

ENDEREÇO: RUA PERDIZES, 136

CEP: 18.040-720

BAIRRO: JD. PAULISTANO

MUNICÍPIO: SOROCABA

CNPJ: 20.725.821/0001-00

CNAE 43.13-4/00

CERTIFICO QUE PARA O CNPJ SUPRACITADO NÃO EXISTEM DÉBITOS FISCAIS NÃO INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA RELATIVOS AO ICMS E AO IPVA NO SISTEMA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ATÉ A DATA DE EMISSÃO DESTES DOCUMENTOS.

EM RELAÇÃO A DÉBITOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA, DEVERÁ OBTER INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.dividaativa.pge.sp.gov.br, CONFORME RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/PGE-02 DE 09/05/2013

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

*

FINALIDADE: SIMPLES CONFERÊNCIA

1. A PRESENTE CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA EM RELAÇÃO AO INTERESSADO E DEMAIS DADOS INDICADOS.
2. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA DO ESTADO DE EXIGIR, A QUALQUER TEMPO, CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS QUE VENHAM A SER APURADOS.
3. A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DEVIDA FOI RECOLHIDA NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
4. PRAZO DE VALIDADE DA CERTIDÃO: 06 (SEIS) MESES CONFORME PORTARIA CAT. Nº. 20, DE 01/04/98 (DOE. DE 02/04/98).

LOCAL DE EMISSÃO:

POSTO FISCAL DE SOROCABA

DATA DE EMISSÃO:

31/05/2017

EMITIDO POR:

TAÍS N/CABRAL
TEFE

RESPONSÁVEL:

GABRIELA C. M. G. DA CUNHA
CHEFE DO POSTO FISCAL - SUBSTITUTA

260

Ao Serviço autônomo de Água e Esgoto de Pedreira
Juntada no pregão 17/2017
Processo licitatório 683/2017
Referente ao documento

Relações de Documentos

- I- Documento Certidão Regularidade de ICMS
devidamente autenticado 8.1.2 Alínea c.2
Certidão de Tributos Federais dívida ativa da união
com data atualizada p8.1.2 Alínea c.1 do edital.

Pedreira, 05 Setembro de 2017.

20.725.821/0001-00

S.P. PESSOA TERRAPLANAGEM

EIRELI - EPP

Rua: Perdizes, nº 136, Sala 01

Jardim Pauliciano - CEP: 18.040-720

SOROCABA - SP



S.P. PESSOA TERRAPLANAGEM EIRELLI EPP

Sadraque Irineu Pessoa (procurador)

Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Quetura Vilma S. Scaraminha
Setor de Licitações e Contratos
Recb: 06/09
16:39



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

261

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: S.P. PESSOA TERRAPLANAGEM EIRELI - EPP
CNPJ: 20.725.821/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 14:32:09 do dia 15/08/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/02/2018.

Código de controle da certidão: **430B.06C4.54F6.1BEF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
POSTO FISCAL DE SOROCABA
AVENIDA ADOLPHO MASSAGLIA, 350 - Bº VOSSOROCA
SOROCABA - (015) 3224-9800

Nº. Certidão

345/2017

CERTIDÃO	
CONTRIBUINTE: S. P. PESSOA TERRAPLANAGEM EIRELI EPP	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 669.846.641.111	
ENDEREÇO: RUA PERDIZES, 136	CEP: 18.040-720
BAIRRO: JD. PAULISTANO	MUNICÍPIO: SOROCABA
CNPJ: 20.725.821/0001-00	CNAE 43.13-4/00
CERTIFICO QUE PARA O CNPJ SUPRACITADO NÃO EXISTEM DÉBITOS FISCAIS NÃO INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA RELATIVOS AO ICMS E AO IPVA NO SISTEMA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ATÉ A DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO. EM RELAÇÃO A DÉBITOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA, DEVERÁ OBTER INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.dividaativa.pge.sp.gov.br , CONFORME RESOLUÇÃO CONJUNTA SF/PGE-02 DE 09/05/2013 *****	
FINALIDADE: SIMPLES CONFERÊNCIA	
<ol style="list-style-type: none">1. A PRESENTE CERTIDÃO SÓ É VÁLIDA EM RELAÇÃO AO INTERESSADO E DEMAIS DADOS INDICADOS.2. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA DO ESTADO DE EXIGIR, A QUALQUER TEMPO, CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS QUE VENHAM A SER APURADOS.3. A TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DEVIDA FOI RECOLHIDA NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.4. PRAZO DE VALIDADE DA CERTIDÃO: 06 (SEIS) MESES CONFORME PORTARIA CAT. Nº. 20, DE 01/04/98 (DOE. DE 02/04/98).	
LOCAL DE EMISSÃO: POSTO FISCAL DE SOROCABA	DATA DE EMISSÃO: 31/05/2017
EMITIDO POR: TAÍS N/CABRAL TEFE	RESPONSÁVEL: GABRIELA C. M. G. DA CUNHA CHEFE DO POSTO FISCAL - SUBSTITUTA



31/05/2017